

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO GLOBAL DOMINANTE POR VIAS DA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

FERNANDA G LEAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO GLOBAL DOMINANTE POR VIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de reconfiguração das funções exercidas pela educação superior no mundo, aquilo que convencionou-se chamar de internacionalização tem sido tratado pelos discursos dominantes como o caminho inequívoco a ser percorrido pelos sistemas, instituições universitárias e indivíduos que almejem integrar-se ativamente à economia global do conhecimento: um contexto em que a geração, o uso e a exploração do conhecimento se apresentam como os recursos determinantes para a criação de riqueza. Em alinhamento com esses discursos, a pesquisa em internacionalização da educação superior –frequentemente definida em termos genéricos, como “o processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global aos propósitos, às funções primárias e à entrega da educação pós-secundária” (Knight, 2004, p. 11, tradução nossa) – se desenvolve não somente com fortes pressões políticas, mas também amparada em um imaginário global dominante que determina o que esse fenômeno é e pode ser.

Este artigo – recorte de uma tese doutoral desenvolvida com as lentes da Modernidade/(De)colonialidade (Walsh & Mignolo, 2018) – resulta de um esforço para contribuir com uma emergente área de estudos críticos em internacionalização da educação superior. O objetivo foi analisar, de uma perspectiva epistemológica, os discursos sobre internacionalização da educação superior no contexto de uma universidade pública brasileira. Partiu-se do pressuposto de que a ideia dominante de internacionalização se encontra imersa na matriz cultural do poder colonial; avança sob o alicerce de um imaginário global hierárquico que se integra à estrutura do capitalismo como sistema mundial histórico e, portanto, reflete interesses substancialmente instrumentais e capitalistas. Esse quadro suscita a busca pela compreensão das bases epistemológicas que orientam esse processo. Assim, realiza-se uma pesquisa qualitativa constituída de observações diretas, entrevistas e análises documentais e bibliográficas. Os dados, analisados por meio de princípios da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2006, 2012) possibilitam explorar a ideia de “internacionalização como imperativo e bem incondicional” que se institucionaliza no contexto da universidade.

2 A INVENÇÃO DE UM TEMPO E ESPAÇO UNIVERSAIS

Um dos discursos frequentes nas referências ao final da década de 1980 e início da década de 1990 é o da globalização, que enfatiza a circulação de bens, serviços, dinheiro, tecnologias, informações, conhecimentos, pessoas e culturas. Apesar dos diferentes posicionamentos adotados, existe certo consenso de que a globalização emergiu nesse período e de que trouxe consigo consequências sem precedentes, como a redução da soberania dos Estados, da capacidade de resistir às regras do mercado mundial, da possibilidade de autonomia cultural e da estabilidade identitária (Wallerstein, 2006). Nas lentes da Modernidade/(De)Colonialidade, globalização é “a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (Quijano, 2005, p. 117). Assim, referências que neutralizam ou isolam a globalização ignoram questões históricas significativas sobre a sua natureza, sobretudo seu vínculo a um passado e presente coloniais.

O Programa de Pesquisa *Modernidad/Colonialidad* inaugura uma concepção espaço-temporal alternativa para modernidade ao deslocar suas origens para a conquista da América e o

controle do Atlântico pós-1492. Com isso, contesta a sua concepção como um processo intra-europeu e identifica a dominação de outros grupos fora desse centro – associada à subalternização de suas culturas e de seus conhecimentos – como uma de suas dimensões estruturantes. Segundo esse entendimento, a América Latina representa o primeiro espaço e tempo de um padrão de poder característico das relações extrativistas exigidas pela colonização (Dussel, 1993; Escobar, 2003). Para Quijano (2005), esse padrão de poder se ampara, de um lado, na ideia de raça, estrutura biológica supostamente distinta que situa alguns em situação naturalizada de inferioridade, utilizada para legitimar a associação de identidades a hierarquias, lugares e papéis sociais. De outro, na articulação de todas as formas históricas de controle e exploração do trabalho, seus recursos e produtos, em torno do capital e do mercado mundial. O fim do *colonialismo* não desfez a *colonialidade*. Por trás da retórica “que promete felicidade e salvação por vias da conversação, do progresso, da civilização, da modernização, do desenvolvimento e da democracia de mercado” (Mignolo, 2018, p. 142, tradução nossa), a narrativa da modernidade constrói campos de representação que naturalizam a expansão perpetuada do capitalismo e a reinscrição da humanidade em uma hierarquia radical. Assim como que inclui um conceito racional de emancipação, desenvolve um mito irracional que justifica sua “violência genocida” (Dussel, 1993, p. 75).

3 “UM IMPERATIVO INSTITUCIONAL, NÃO APENAS UMA REALIDADE DESEJÁVEL”

Seja no discurso político ou acadêmico, a internacionalização – um dos fatores que mais criticamente tem afetado a educação superior no mundo de forma significativa (Knight & de Wit, 2018) – é cada vez mais definida como ‘abrangente’ (*‘comprehensive internationalization’*), ideia inicialmente apresentada pelo *American Council on Education* (ACE) e adotada por Hudzik (2011) na publicação *Comprehensive Internationalization: From Concept to Action*, da *Association of International Educators* (NAFSA), para expressar a ‘necessidade’ de que o processo alcance a instituição universitária em sua totalidade, de modo a delinear sua razão de ser e seus valores, com vistas a alcançar objetivos como a ‘excelência acadêmica’ e a formação de ‘cidadãos globais’ dotados de ‘competências multiculturais’. Nas palavras de Hudzik (2011, p. 6, tradução nossa), a internacionalização abrangente é

um compromisso, confirmado por meio da ação, de infundir perspectivas internacionais e comparativas ao longo das missões de ensino, pesquisa e serviços da educação superior. A internacionalização abrangente molda o *ethos* e os valores institucionais e envolve todo o empreendimento universitário. É essencial que ela seja abraçada pela liderança e pela governança institucional, pelos professores, pelos estudantes e por todas as unidades de serviço e de apoio acadêmicos. Trata-se de um imperativo institucional, não apenas de uma possibilidade desejável.

Em vez de indiscriminadamente associada a uma de suas dimensões – a exemplo da mobilidade acadêmica internacional, sua manifestação mais recorrente e visível – a internacionalização nessa configuração particular adquire contornos mais estruturais; representa mudanças que buscam permear toda a estrutura universitária. Expressões desse desenvolvimento são a sua bifurcação em dois pilares distintos: *abroad* e *at home* (Knight & de Wit, 2018); bem como a transição de um foco direto nos indivíduos, a exemplo dos programas governamentais de mobilidade acadêmica internacional historicamente promovidos em diversos sistemas de educação superior do mundo, para um foco direto nas universidades e institutos de pesquisa (Prolo et al., 2019). Segundo essa ideia de internacionalização como ‘necessidade estrutural’, ‘imperativo’ ou ‘obrigação’, cada vez mais recorrente, as comunidades universitárias devem comprometer-se e

engajar-se em atividades de internacionalização para que o processo cumpra seus propósitos. Todavia, como Buckner e Stein (2019) ressaltam, é comum que tais comunidades tenham pouco entendimento sobre o que internacionalização é, deveria ou poderia ser. A filosofia associada a tal prescrição é a crença generalizada sobre a inevitabilidade do processo, tendo em vista o contexto de globalização e competitividade (Lima & Contel, 2011), que induz a maior parte das pesquisas sobre internacionalização a orientar-se para o alcance de uma ‘internacionalização bem-sucedida’ ou ‘inteligente’ e a lamentar o vácuo entre retórica e realidade (Hunter & Sparnon, 2018).

Em contraponto a tais discursos, percebe-se um maior reconhecimento de que a internacionalização não é um bem incondicional. Como Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter (2018, p. 128, tradução nossa) argumentam em sua revisão de literatura sobre os principais temas abordados pelo *Journal of Studies in International Education* no período de 1997 a 2016, “a pesquisa e a prática precisam questionar de forma autocrítica os entendimentos e as abordagens da internacionalização no que diz respeito à sua contribuição para a desigualdade e dependência entre os sistemas de ensino superior e a consolidação da dominação ocidental”. Contudo, de forma geral o reconhecimento das contradições e dos dilemas associados ao fenômeno não parece desafiar a crença generalizada de que a sua intensificação é inevitável ou questionar pressupostos relacionados a questões estruturais de poder, de desigualdade ou de colonialidade. Dado esse cenário, pode-se questionar: em que medida as críticas à internacionalização alcançam os problemas intrínsecos ao fenômeno em sua essência? Até que ponto deixam de reproduzir relações desiguais de poder, de saber e de ser? Que espaço para conversações críticas acerca de futuros alternativos a ideia de ‘internacionalização como imperativo’ promove? Qual tipo de universidade se ajusta à ideia de ‘internacionalização como imperativo’?. Argumenta-se, aqui, que a internacionalização não “está perdendo o seu rumo”, como a grande maioria das críticas sobre o tema afirma. Afinal, para os situados ‘deste lado da linha abissal’ – a divisão metafórica, invisível, antes epistêmica e política do que geográfica, que separa as sociedades metropolitanas dos territórios coloniais desaparecem enquanto realidade (Sousa Santos, 2010) – as relações internacionais na educação superior, objetivas ou subjetivas, nunca foram igualitárias.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Em conformidade com a orientação epistemológica da Modernidade/(De)colonialidade, o presente estudo segue a tradição de pesquisa qualitativa. Por tratar-se de uma investigação com interesses emancipatórios, se atém aquilo que é contraditório e não evidente (Paes de Paula, 2015) e reconhece que o campo da internacionalização da educação superior carece de abordagens que problematizem esse fenômeno a partir das conjunturas histórica, social, cultural, econômica e política nas quais ele se situa. Os achados são o recorte de uma tese doutoral desenvolvida por meio de duas etapas de pesquisa: A primeira, de natureza exploratória, constituiu-se da realização de revisões sistemáticas de literatura e do estudo aprofundado de outros trabalhos de revisão sobre o tema. Constituiu-se, também, da participação em disciplinas sobre internacionalização da educação superior em programas de pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos, bem como do acompanhamento de mais de trinta eventos (conferências, seminários, colóquios, simpósios, programas de formação, cursos de capacitação, painéis, encontros virtuais, semanas internacionais, recepção a estudantes internacionais) relacionados ao tema, entre 2016 e 2020, em países como Arábia Saudita, Argentina, Brasil, Estados Unidos, México e Paraguai. Em tais oportunidades, realizou-se tanto observação direta quanto conversas com pesquisadores e informantes-chave envolvidos nas dinâmicas em curso. Essa etapa viabilizou a familiarização com o estado do

conhecimento e os principais conceitos e discursos associados ao fenômeno e resultou no desenvolvimento de um arcabouço teórico-analítico, constituído de treze categorias, para o estudo da internacionalização a partir das lentes da Modernidade/(De)colonialidade. Tais categorias serviram como uma espécie de guia geral para dar início ao tratamento dos dados empíricos, mas quando se deu início à análise do material propriamente dito, buscou-se desprendimento da dicotomia de tais descrições, de modo a priorizar as vozes emergentes.

A segunda etapa constituiu-se da realização de uma pesquisa de campo em uma universidade pública federal do Sul do Brasil. Tal etapa esteve orientada a conhecer os discursos e as estratégias de internacionalização da educação superior naquele contexto institucional específico e incluiu a coleta de dados primários e secundários por meio de observação direta e entrevistas, além de recursos bibliográficos e documentais. Quanto aos dados primários, realizou-se a observação direta por meio do acompanhamento presencial de reuniões, apresentações e eventos entre 2016 e 2018, com o uso de anotações em diário de campo e de gravações. Os documentos e as notícias que integraram o conjunto de dados foram publicados a partir de 2013, sendo a maior parte referente ao período entre o início da participação da Universidade no programa Ciência sem Fronteiras (CsF) (2012) e fevereiro de 2020. Também foram realizadas e integralmente transcritas entrevistas entre 2018 e 2020, que duraram de 41min a 1h35min, com o auxílio de pré-roteiros (questionamentos orientadores) elaborados com base nos objetivos da pesquisa e no arcabouço teórico-analítico construído a priori. Contudo, buscou-se privilegiar o caráter dialógico da interação para que os discursos emergissem de forma mais autêntica e natural possível. O Quadro 1 resume as fontes de coleta de dados da pesquisa de campo.

Quadro 1 – Ambientes de observação, participantes entrevistados e materiais documentais e bibliográficos

Ambientes de observação direta	Participantes entrevistados	Materiais documentais e bibliográficos que deram suporte à interpretação dos dados
<ul style="list-style-type: none"> • Seminário CsF Graduação (2015) – Online • Evento de recepção aos estudantes internacionais (2018) – Presencial 	<ul style="list-style-type: none"> • Reitor • Secretário de Relações Internacionais • Coordenador de Programas Internacionais • Ex Coordenador Institucional do CsF Atual coordenador Institucional do PEC-G <p>Além das entrevistas em si, os discursos da gestão da Universidade sobre internacionalização da educação superior puderam ser captados por meio dos comentários de representantes da administração central nas notícias veiculadas sobre a inserção internacional da Universidade, que foram integradas ao conjunto de dados para análise. Tais comentários</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Notícias sobre a ‘inserção internacional’ e materiais institucionais produzidos para fomentar e divulgar a internacionalização da Universidade (até dezembro de 2019): a) Notícias sobre resultados de <i>rankings</i> acadêmicos globais; b) Notícias sobre ações e eventos institucionais de internacionalização; c) Publicações na página do Facebook da Sinter; d) Textos da gestão no livro de Relatos de Experiências do Seminário CsF- Graduação; e) Matéria sobre a política de internacionalização da Universidade na publicação “Universidades para o mundo: Desafios e oportunidades para a internacionalização”; f) Materiais institucionais “Apresentação da Universidade em Inglês”; ‘<i>Course Catalogue 2018-2019: Courses offered in foreign languages for graduate and undergraduate students</i>’; “Passaporte [nome da Universidade]” (em Inglês e Espanhol) ‘Cartilha do Calouro Sinter 2019’; “Guia de Redação em Língua Inglesa”. • Documentos e comunicações internas sobre ações institucionais de internacionalização: a) Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) 2010-2014, 2015-2019 e 2020-2024; b) Documentos relacionados à designação de representantes para o apoio à internacionalização (‘Agentes de Internacionalização’); c) Documentos de criação do Comitê Consultivo de Internacionalização; d) Documentos relacionados ao ‘Plano Institucional de Internacionalização’; e) Documento de

	foram sobretudo recorrentes nas notícias sobre resultados de <i>rankings</i> universitários globais.	divulgação de informações de apoio à internacionalização no portal da Sinter (Menu ‘Internacionalizando’); f) Relatório de atividades da Sinter; g) Documentos e demais materiais relacionados ao CsF; e h) Documentos e demais materiais relacionados ao Capes-PrInt.
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A pesquisa de campo foi autorizada pelo Comitê de Ética, conforme Parecer n.º 3.089.528/2018. Todos os entrevistados autorizaram o uso dos seus dados por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram analisados com base nos princípios gerais da Análise Crítica do Discurso – que se propõe a examinar o papel da linguagem tanto na reprodução de práticas sociais e ideologias quanto na transformação social, dado o pressuposto de que o discurso é, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, constitutivo da estrutura social (Fairclough, 2006, 2012). Tais dados foram organizados e analisados com o suporte do *software* ATLAS.ti 8[®]. De cinco categorias analíticas emergentes da pesquisa doutoral, este artigo explora a primeira: “internacionalização como imperativo e bem incondicional”.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao se analisar os discursos e as estratégias de internacionalização que se manifestam no contexto da Universidade, se denota o que a Instituição considera e deixa de considerar em suas abordagens. Trata-se de uma universidade federal brasileira, pública e gratuita, criada em 1960 e situada no Sul do Brasil. Sua estrutura administrativa e didática atual decorre da Reforma Universitária que visava a alinhar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico atrelado ao interesse estadunidense. Sua comunidade universitária, presente na sede e em outros quatro campi, constitui-se de aproximadamente setenta mil pessoas, entre estudantes de pós-graduação, de graduação e de ensino médio, fundamental e básico, além de servidores docentes e técnico-administrativos em Educação. Em termos de abrangência, a Universidade oferece 108 cursos de graduação presenciais; quatorze cursos de graduação à distância; doze cursos de especialização; 63 mestrados acadêmicos; quinze mestrados profissionais e 55 cursos de doutorado. Além disso, abrange em sua estrutura um colégio que oferece ensino fundamental e médio à comunidade, bem como uma escola que atende crianças de até cinco anos e onze meses.

O processo de internacionalização da Universidade foi previamente explorado na tese de Laus (2012), que estudou as motivações, as principais políticas, as estratégias e os programas desenvolvidos nessa Universidade durante o período de 2008 a 2011. A autora observa que até meados dos anos 2000 a estrutura institucional para a internacionalização se desenrolou predominantemente em torno do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Diante da “necessidade de reestruturação do setor responsável pelas relações internacionais” (Laus, 2012, p. 194) – sinalizada, por exemplo, pela candidatura de estudantes ao Programa *Erasmus Mundus* e pela assinatura de convênios com o Banco Santander para aderir a programas de mobilidade acadêmica – a Universidade criou a Secretaria de Relações Internacionais (Sinter). Essa elevação de *status* (e de autonomia) do setor responsável por institucionalizar as relações internacionais na estrutura universitária teve como objetivo estimular a internacionalização de forma mais estratégica, como se observa nos discursos dos atores diretamente envolvidos com o processo e no texto do PDI 2010-2014, que já expressavam a intenção política de transformar a Instituição em ‘universidade de classe mundial’. Todavia, em sua análise do período de 2008 a 2011, Laus (2012) concluiu que nesse espaço, “centros, cursos e programas se internacionalizam em decorrência de

ações definidas *ad hoc* e de modo individualizado e não com base em um planejamento estratégico por diretores, pesquisadores e responsáveis instrumentais” (Laus, 2012, p. 247).

Argumenta-se, aqui, que após a publicação da tese doutoral de Laus (2012), com o impulso da participação da Universidade nos programas Ciência sem Fronteiras (CsF) e Idiomas sem Fronteiras (IsF), em 2012, e sobretudo, no Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt), em 2018, a ideia de internacionalização adquiriu conotações mais expressivas no domínio da gestão institucional dessa Universidade. O levantamento e a exploração dos documentos e das notícias publicadas nesse contexto; as declarações e as entrevistas conduzidas com gestores envolvidos com o processo; bem como a observação direta em eventos institucionais a ele relacionados nos possibilita apontar para diversos indícios de que nesse contexto específico a ideia de internacionalização ganha intencionalidade (de Wit et al., 2015) e abrangência (Hudzik, 2011; 2015); transforma-se em um valor e uma ‘estratégia transversal’ que impactam a instituição em sua essência. Além da presença marcante nos PDIs mais recentes – sobretudo no PDI 2020-2024, pela primeira vez em sua história a Universidade dispõe de um “Plano Institucional de Internacionalização” que lhe possibilita sustentar a formalização das ações empreendidas nesse sentido. Afinal, como a literatura estratégica ressalta, planos institucionais de internacionalização servem como mecanismo para a ‘conscientização’ da comunidade universitária; veículo para estimular o engajamento de participantes-chave; além de roteiro para a operacionalização da estratégia definida (Childress, 2009; Hudzik, 2015). Assim, distintivamente do constatado por Laus (2012) em sua análise referente ao período de 2008 a 2011, cuja tendência era de que os engajamentos internacionais partissem antes dos integrantes da comunidade universitária (sobretudo professores/pesquisadores) do que da gestão central, observamos que no atual estágio a Administração é um agente que não somente intermedia, mas também fomenta e direciona o processo. Entre os órgãos da gestão central, a atuação mais explícita é a da Secretaria de Relações Internacionais (Sinter), que se distancia do seu papel de ‘intermediador’ para determinar, de forma mais sistemática, os rumos que tais relações devem tomar. Esse setor assume a para si a missão de internacionalizar a Universidade. Destacam-se, também, os papéis desempenhados pela Pró-Reitoria de Pós-graduação (PROPG), que ao implementar e operacionalizar o Capes-PrInt na instituição conduz o processo conforme os interesses do Governo Federal; além do Gabinete da Reitoria (GR), que legitima as iniciativas de ambos os órgãos. A difusão da ideia de internacionalização se estende, ainda, aos demais órgãos da administração central, como se observa, por exemplo, na participação de representantes de todas as pró-reitorias e secretarias no “Comitê Consultivo de Internacionalização” e na atribuição de responsabilidades a tais órgãos no Plano Institucional de Internacionalização.

Para além da constatação do novo patamar que a ‘internacionalização’ alcança na gestão da Universidade, a análise dos dados primários (notas de campo relacionadas às observações diretas e transcrições das entrevistas) e secundários (155 arquivos, somados a 344 postagens da página no Facebook da Sinter, organizados em seis grupos por meio do *software* Atlas.TI®) foi reveladora no que diz respeito àquilo que a gestão da Universidade considera (e, sobretudo, deixa de considerar) como internacionalização. Com base nas convergências encontradas nos textos e nas narrativas orais e com o suporte do arcabouço teórico-analítico previamente desenvolvido a partir do balanço da literatura e da participação em eventos, observa-se que à medida que se institucionaliza, o processo de internacionalização da Universidade se torna mais reducionista e hegemônico, em conformidade com as visões e os interesses do núcleo do sistema mundial. Quando referenciada em documentos, notícias e declarações, a internacionalização tem conotação predominantemente positiva e prescritiva. É caracterizada como um fenômeno inevitável e uma “*realidade*

irreversível” (SEPLAN, 2015, p. 106); um caminho que está “*na ordem do dia no mundo inteiro*” (Sinter, 2018e, p. 22) e contra o qual “*não há como lutar*” ou “*fugir*” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista). Trata-se, conforme as aspirações de Hudzik (2011; 2015), de um imperativo institucional que necessita alcançar a Universidade integralmente. O conceito de internacionalização transversal, integral ou abrangente, que expressa o pensamento contemporâneo das agências norte-americanas ACE e NAFSA sobre esse processo, integra a essência da política de inserção internacional adotada e se reflete nos diversos discursos usados para explicar a abordagem. Segundo tais narrativas, a internacionalização deve ir além da mobilidade acadêmica internacional para estar “*presente no dia a dia*” (Agecom, 2018e, p. 1) de “*todas as instâncias da instituição*” (British Council, 2018, p. 20). A responsabilidade de fazer com que o processo aconteça, portanto, deve expandir-se por todos os setores. Hudzik (2015) é categórico sobre essa demanda; argumenta sobre a impossibilidade de que a internacionalização seja implementada de forma estratégica se os seus princípios não estiverem difundidos para além do escopo do setor de Relações Internacionais. Esse é, em sua visão, o grande desafio da ‘internacionalização abrangente’. Trechos como os seguintes sinalizam a absorção desse entendimento particular:

“[...] *Eles acham que a internacionalização é só aqui. A internacionalização é em toda a universidade, é em todas as pró-reitorias e as pessoas não entendem isso. Elas não entendem, elas acham que, falou internacional, é Sinter*” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“[...] *também desafiador é fazer com que a comunidade acadêmica seja mais internacionalizada, que não veja Sinter como uma ilha de internacionalização; o ideal seria que todos os centros, todos os departamentos tivessem interesse na internacionalização, [que] não fosse à luta só de um ou dois. Então desafiador é que todos conheçam e queiram internacionalizar a universidade* [...]. *Que nos ajudem.*” (Coordenadora de Programas Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso).

As demais declarações reforçam o enquadramento da política de inserção internacional em curso na Universidade no paradigma específico da ‘internacionalização abrangente’:

“*É uma estratégia transversal, que abarca todas as instâncias da instituição*” (Matéria) (British Council, 2018, p. 20, grifo nosso);

“*A capacitação, por exemplo, entra como um suporte para preparar gestores, estudantes e servidores para incluir em a internacionalização em suas rotinas, ações e projetos de trabalho*” (Notícia) (Agecom 2018e, p. 2, grifo nosso);

“*O objetivo é inserir a internacionalização em todas as rotinas, ações e projetos de trabalho*” (Notícia) (Agecom, 2018b, p. 1, grifo nosso);

“*Um dos desafios levantados foi a necessidade de desmistificar o conceito de que a internacionalização passa pelo simples envio de estudantes e docentes para fora do país*” (Notícia) (Agecom, 2018c, p. 1, grifo nosso);

“*[O secretário de Relações Internacionais], entretanto, não se limitou às recentes conquistas e avanços e apontou os desafios postos, apontando que os programas de pós-graduação, cursos, servidores e estudantes devem se integrar nesses esforços conjuntos*” (Notícia) (Sinter, 2018m, p. 2, grifo nosso);

“*[...] Para isso, a participação de servidores neste processo [de internacionalização] é indispensável*” (Notícia) (Sinter, 2018m, p. 2, grifo nosso);

“*[...] é um problema. No sentido que a coisa acontece, mas a coisa não é nem um pouco institucional*” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“*Internacionalização é muito mais que apenas incentivar e promover o intercâmbio de estudantes da [nome da Universidade] para fora do país. ‘A internacionalização é ter, também, uma comunidade capaz de interagir com o mundo globalizado, capaz de ter conexões em pesquisa e extensão... Ela aparece em todas as áreas aqui da [nome da Universidade]’” (Diretor de Relações Internacionais. Notícia) (Sinter, 2019j, p. 1, grifo nosso).*

Em resumo, quanto mais ampla a cobertura da perspectiva de internacionalização advogada pela gestão central na estrutura universitária, melhor. Segundo esse mesmo paradigma, para que todos sigam o mesmo percurso, de modo a permitir que o modelo de internacionalização idealizado pela gestão se consolide, é necessário impulsionar uma mudança cultural, que se inicia pela conscientização coletiva dos sujeitos. O argumento em torno da necessidade de criar uma “*cultura de apoio*” (Agecom, 2018e, p. 11) para eliminar a “lacuna entre retórica e ação” (Hudzik, 2015, p. 76, tradução nossa) e fazer com que a internacionalização esteja “*arraigada no DNA da Universidade*” (Agecom, 2018e, p. 1) e molde “o *ethos* e os valores institucionais” (Hudzik, 2011, p. 6, tradução nossa) se manifesta em diversos discursos institucionais, a exemplo dos seguintes:

“*A proposta do evento é ressaltar a necessidade da internacionalização, que envolve todas as áreas da [nome da Universidade] e uma mudança de cultura e visão internacional da universidade*” (Matéria) (TV, 2018, grifo nosso).

“*o primeiro passo foi estabelecer contato com todos os secretários da universidade e pró-reitores, a fim de conscientizá-los e comprometê-los com a tarefa*” (Matéria) (British Council, 2018, p. 20, grifo nosso);

“*Essas ações contribuem para que a cultura de internacionalização quebre paradigmas e incentive as pessoas para novas possibilidades*” (Notícia) (Agecom, 2018e, p. 2, grifo nosso);

“*Primeiramente precisa conscientizar essa universidade e pedir que essa universidade se comprometa com o processo de internacionalização*” (Secretário de Relações Internacionais, em entrevista concedida à TV da Universidade (TV, 2018, grifo nosso);

“*A instituição irá investir numa mudança de cultura para receber estudantes, professores e visitantes estrangeiros*” (pró-reitora de Gestão de Pessoas, Notícia) (Agecom, 2018d, p. 1, grifo nosso);

“*Há, contudo, uma série ainda de desafios às instâncias da [nome da Universidade] externas aos programas nesse desafio que [o secretário de Relações Internacionais] denomina de ‘quebra de paradigma’: o desenvolvimento de uma cultura de internacionalização” (Notícia) (Sinter, 2018m, p. 2, grifo nosso);*

“*A comissão de internacionalização espera conseguir uma verdadeira mudança de cultura na Universidade*” (Notícia) (Agecom, 2017a, p. 2, grifo nosso);

“*Todo mundo tem que tomar consciência [de] que a internacionalização é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e da pós. E tem que apostar nisso* (pró-reitor de Pós-graduação. Notícia) (Agecom, 2017a, p. 3, grifo nosso);

“*[...]Assim, é necessário criar uma ‘cultura’ de receptividade [...]*” (Projeto Capes-PrInt) (PROPG, 2018, p. 7, grifo nosso);

“*A gente tem que conscientizar toda a comunidade e criar o que ela chama de cultura de apoio, [...]*” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso).

“*Internacionalizar é [...] conscientizar as pessoas a respeito dessa tríade, convencê-las de que isso é importante [...]*” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso).

“*[...] todas as suas instâncias precisam estar cientes das questões envolvidas para que possam participar do processo*” (Plano Institucional de Internacionalização) (Sinter 2018e, p. 11, grifo nosso);

“*Sinter promoveu o 1º Colóquio de Internacionalização com objetivo de envolver todas as áreas da [nome da Universidade] em uma mudança de cultura, que fomenta a visão internacional da Universidade*” (Relatório de Atividades) (Sinter, 2018n, p. 17, grifo nosso);

“*[...] É necessário o esforço de toda a comunidade universitária para atingir a internacionalização da Instituição*” (PDI 2020-2014) (SEPLAN, 2020, p. 24, grifo nosso).

A ideia de ‘conscientizar’ para internacionalizar recorrente em tais narrativas tem fonte específica; provém do “ciclo de internacionalização” concebido por de Wit e Knight (1995). Trata-se de obra financiada pela OCDE e especificamente direcionada aos contextos da Austrália, do Canadá, da Europa e dos Estados Unidos. Segundo de Wit e Knight (1995, p. 26, tradução nossa,

grifo nosso), a etapa de conscientização visa a “criar consciência da necessidade, do propósito e dos benefícios da internacionalização para estudantes, técnicos, docentes, sociedade”. A ênfase, portanto, não reside em discutir a finalidade do processo para a universidade – considerando suas especificidades contextuais e seus propósitos mais amplos, que não necessariamente vinculam-se aos valores comumente propagados – ou em promover análises sistêmicas sobre os motivos e as formas para engajar-se com diferentes culturas, reside em *como* fazer para que o processo de ‘internacionalização’ se consolide. Assim como tais autores, a gestão central da Universidade se ampara em uma rede de pressupostos que situa a internacionalização como um processo objetivo ao qual toda a comunidade universitária deve se curvar. Como consequência de um imaginário dominante que categoriza esse processo como irreversível, a ausência de uma “*cultura organizacional voltada para a internacionalização*” (PROPG, 2018, p. 6) e a diversidade de abordagens para relacionar-se internacionalmente são postas em termos deficitários:

Um ponto fraco da [nome da Universidade] na internacionalização é a heterogeneidade na receptividade e no andamento de atividades de intercâmbio acadêmico internacional na instituição” (Projeto submetido ao Capes-PrInt) (PROPG, 2018, p. 6, grifo nosso);

“Só que a partir do momento que você decide internacionalizar, essa diversidade em termos de objetivo não pode existir [...]” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso).

“[...] porque num mundo globalizado, você não tem como fazer diferente. Ou você faz isso, ou você fica pra trás”(Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso).

Segundo tal racionalidade, os atores institucionais desengajados da busca ativa pelo ‘bem maior’ da internacionalização – os “observadores passivos”, segundo Hudzik (2015, p. 85, tradução nossa) – necessitam adquirir consciência sobre os seus benefícios: é preciso “*tentar convencer as pessoas que vale a pena internacionalizar*” (Secretário de Relações Internacionais, em entrevista concedida à TV da Universidade) (TV, 2018, p. 1). A confiança epistemológica e o senso de superioridade sobre o que significa internacionalizar, bem como a perspectiva adequada de internacionalização a ser perseguida, induzem a gestão a “desenvolver (civilizar, melhorar, educar)” (Dussel, 1993, p. 75, tradução nossa) os atores institucionais que ‘se opõem’ à consolidação desse processo. Muito embora se transmita a noção de tratar-se de opção ou mero convite – como em “*o evento é voltado para docentes, técnicos-administrativos em Educação e estudantes interessados em participar da internacionalização da Universidade*” (Agecom, 2018b, p. 1, grifo nosso) – a própria estrutura limita as possibilidades de escolha quando define internacionalização em termos de imperativo ou quando posiciona os “aliados” (Hudzik, 2015, p. 85, tradução nossa) – “*aqueles que contribuem ativamente para a internacionalização*” (Sinter, 2018e, p. 11) ou que “*trabalham diretamente com a internacionalização*” (p. 12) – em patamares distintos. É nesse sentido que nos debates sobre os desafios e as estratégias para internacionalizar a Universidade, aspectos como a dificuldade de estabelecer a “*mudança de cultura institucional*” (Agecom, 2018a, p. 2) e a falta “*de interesse entre os docentes pela internacionalização*” (2018a, p. 2) são recorrentemente tratados como barreiras à implementação do desejado ‘ambiente internacional’. Como Hudzik (2015, p. 85, tradução nossa) insiste, “se já é prejudicial o suficiente quando os docentes não são aliados da internacionalização, é ‘fim de jogo’ quando eles se opõem ou são hostis ao processo”. Nesse paradigma, que, em última instância, compele a Instituição a superar os “obstáculos ao desenvolvimento” (Ramos, 1967, p. 9) de modo a cumprir os “pré-requisitos da modernização” (1967, p. 9), ainda pior do que os “observadores passivos” (Hudzik, 2015, p. 85, tradução nossa) da internacionalização (que podem vir a ser ‘conscientizados’ ou ‘convertidos’) são os “opponentes” (p. 85, tradução nossa) ao processo. O propósito do ‘diálogo’

com a comunidade universitária, portanto, consiste no estabelecimento de uma espécie de propaganda interna voltada a “comunicar os benefícios” (Hudzik & McCarthy, [s.d.], p. 1, tradução nossa) para “produzir uma cultura de apoio para a internacionalização abrangente” (Hudzik, 2015, p. 88, tradução nossa), e “recompensar comportamentos que levam aos resultados almejados” (p. 88, tradução nossa). Dado um contexto institucional mais adequado a um sistema de persuasão do que a um sistema de poder e autoridade, é necessário instituir um sistema de recompensas para os bons samaritanos. Afinal, “quanto mais aliados, mais ampla a cultura institucional de apoio” (p. 89, tradução nossa):

“[...] Nesta fase do ciclo, o objetivo é desenvolver uma cultura dentro da instituição que apoie sua internacionalização através de formas concretas ou simbólicas de valorizar e premiar aqueles que trabalham diretamente com a internacionalização” (Plano Institucional de Internacionalização e Projeto submetido ao Capes-PrInt) (Sinter, 2018e, p. 12; PROPG, 2018, p. 11, grifo nosso);

“Consultoria e encorajamento proativo para pesquisadores que desejam participar de programas e prêmios internacionais;” (Plano Institucional de Internacionalização) (Sinter, 2018e, p. 11);

“Por fim, pretende-se valorizar as atividades de internacionalização através de premiação aos docentes e discentes com destaque em produção científica com colaboração com instituições estrangeiras, por temática e por ano, ao longo da execução do Projeto Capes-PrInt” (Projeto submetido ao Capes-PrInt) (PROPG, 2018, p. 233);

“[...] Então você tem aquele professor de nota 3, programa nota 3 [em referência à avaliação Qualis Capes], que quer continuar nota 3, que com certeza não quer internacionalizar, porque vai ter que sair da zona de conforto. Vai ter que repensar as suas práticas. Só que a gente não pode focalizar nessas pessoas, nesses professores, tem técnico aí que está feliz da vida de fazer curso de línguas” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso).

“Nesse sentido, Butterfield [consultor da Fulbright] sugeriu que cada programa ou departamento tenha algum tipo de incentivo para que os docentes invistam na internacionalização” (Agecom, 2018a, p. 2. Grifo nosso).

Inerente a essa visão específica de mundo está o pressuposto de que internacionalizar depende exclusivamente do esforço e da vontade individuais e de que a ênfase deve estar no fortalecimento daqueles com maior potencial de alcançar o feito; uma percepção que normaliza desigualdades à medida que vincula o fenômeno ao contexto da racionalização meritocrática. No intuito de “forçar comportamentos que apoiem sua racionalidade específica” (Ramos, 1984, p. 6) – “*Vai fazer curso, não tem como fugir*” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista) – os indivíduos não são percebidos pelo discurso dominante como capazes de construir projetos de inserção internacional que sejam significativos à Universidade, mas como instrumentos que necessitam fazer com que uma perspectiva específica de internacionalização se consolide. Em outros termos, a relação entre gestão e comunidade universitária fomentada pela internacionalização segue um padrão de poder característico de relações extrativistas (Dussel, 1993; Escobar, 2003). A despeito da ‘abrangência’ e do requinte que acompanham o conceito dominante de internacionalização, o “modelo de homem” almejado pela política de inserção internacional para os seus sujeitos e, em última instância, “reativo”; aquele positivamente estimulado de modo a “ajustar-se às chamadas mudanças organizacionais” (Ramos, 1984, p. 6), não muito distante de um “recurso organizacional a ser maximizado em termos de produto físico mensurável” (p. 5). Para implementar tal perspectiva (concebida com a única verdadeira/legítima), é necessário marginalizar tudo aquilo que se encontra em seu caminho. À medida que a gestão determina, em seus discursos (objetivos ou subjetivos), o que conta (e o que não conta) como internacionalização, contribui para que perspectivas que não estejam imersas na ideia dominante se volatizam e desapareçam. Docentes, técnicos e estudantes desengajados desse entendimento

particular são naturalizados como inferiores; oponentes ao processo civilizatório que a internacionalização promove; fabricados pelos discursos como ‘os outros’: aqueles que necessitam ser aperfeiçoados; que são menos racionais e humanamente inferiores (Dussel, 1993; Fanon, 2005; Quijano, 2005). Os que saem da “*zona de conforto*” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista) para internacionalizar, por outro lado, são compreendidos como os evoluídos; dotados de razão. Tal racionalidade, que dicotomiza os indivíduos em ‘internacionalizados’ e ‘não internacionalizados’ (ou aliados e oponentes; racionais e irracionais), ganha legitimidade diante do discurso dominante de que a internacionalização é um “*ganho institucional em que todos vencem*” (Agecom, 2018e, p. 1). Em grande medida, os discursos propagados pela gestão atêm-se exclusivamente ao seu triunfo. As seguintes declarações são sugestivas nesse sentido:

“[...] E acredito que o melhor jeito de promover a amizade entre os países é criar a internacionalização da universidade” (Secretário de Relações Internacionais. Notícia) (Sinter, 2015b, p. 1, grifo nosso);

“É preciso compreender que a troca de conhecimento com outras nações fortalece a instituição, fomenta o desenvolvimento regional e permite à universidade conhecer o seu melhor” (Agecom, 2018c, p. 1, grifo nosso);

“A internacionalização é um ganho institucional, em que todos vencem” (Notícia) (Agecom, 2018e, p. 1, grifo nosso);

“Esses três termos se complementam e juntos representam a riqueza na amplitude e profundidade da internacionalização” (Plano Institucional de Internacionalização, em referência ao conceito de internacionalização adotado pela Universidade) (SINTER, 2018e, p. 9, grifo nosso);

“A internacionalização das universidades [...] traz impactos positivos na melhoria das condições de vida da população” (CPG, 2018, p. 1, grifo nosso);

“[...] Fazer com que as pessoas [...] entendam que a internacionalização, ela é benéfica. Que ela vai fazer com que a gente saia muitas vezes da zona de conforto e vamos começar, entendeu, a nos envolver como cidadãos internacionais, por exemplo. A gente vai poder participar dessa vila global aí de uma maneira mais empoderada, com mais voz [...] E as vantagens são em vários níveis. [...]” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“Eu entendo a internacionalização assim de uma maneira muito positiva. Obviamente tem as pessoas que ficam com o pé atrás, porque envolve, se você for pensar por uma perspectiva capitalista e tal, mas eu vejo a internacionalização como uma oportunidade da instituição, das pessoas que fazem parte dessa instituição, que criam essa instituição, de elas crescerem, de elas evoluírem, de elas saírem da zona de conforto” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“A internacionalização é considerada por universidades do mundo inteiro como um processo necessário para elevar os índices de excelência em pesquisa e proporcionar uma formação e capacitação ampla para que a comunidade acadêmica transite em um mundo cada vez mais globalizado” (Plano Institucional de Internacionalização e Projeto submetido ao Capes-PrInt) (Sinter, 2018e, p. 4; PROPG, 2018, p. 9, grifo nosso);

Em contraponto à ênfase na necessidade e nos benefícios do processo, não há discussões precisas sobre de que formas tais benefícios serão alcançados na prática. O caráter prescritivo que expõe somente o triunfo e o lado emancipatório da internacionalização remete à retórica da modernidade e às suas narrativas parciais. Enquanto que a internacionalização é celebrada pelo progresso, desenvolvimento e crescimento que promove para o país, para a Universidade e para a sociedade em seu entorno, a lógica da colonialidade que carrega consigo é silenciada ou designada como um problema a ser resolvido pela própria internacionalização. O foco no triunfo da internacionalização e a advocacia para que o processo ocorra a qualquer custo deixam pouco espaço para debates sobre as contradições e os dilemas a ele atrelados; para responsabilidades éticas para engajar-se interculturalmente; ou para discussões sobre o que internacionalização é ou pode ser naquele contexto. Em grande medida, tanto a decisão de internacionalizar quanto o percurso específico de internacionalização a ser seguido já estão definidos, e mesmo que se trate de um

projeto que não sirva a toda a diversidade presente naquele contexto, mas a uma parcela que se beneficia da perspectiva adotada, prevalece a crença de que somente há um caminho a seguir. Os passos percebidos como “*certeiros*” (British Council, 2018, p. 20) são aqueles ancorados na retórica da modernidade e em sua lógica colonial, que reforçam hierarquias.

O mundo da internacionalização advogado pelas narrativas dominantes da gestão da Universidade, portanto, é um mundo compartimentalizado, de efeito totalitário, no qual prevalece a negação do caráter racional de quaisquer outros pensamentos que não se atenham aos seus princípios específicos. Muito embora diversas iniciativas que poderiam ser consideradas ‘internacionais’ ou ‘interculturais’ ocorram no escopo da Universidade, somente uma pequena parcela de iniciativas é classificada pelos discursos dominantes como internacionalização. Da perspectiva da gestão central, em última instância a Universidade limita internacionalização a: 1. Uso do inglês no ensino, na pesquisa e na administração; 2. Publicação de artigos em *journals* indexados; 3. Mudança curricular para atender às expectativas do ‘mercado mundial capitalista’; 4. Atração de estudantes e pesquisadores de ‘universidades de classe mundial’; 5. Parcerias com instituições bem posicionadas nos *rankings* universitários globais; 6. Uso da ‘cooperação regional’ e da ‘cooperação Sul-Sul’ para fins do seu próprio reconhecimento como líder internacional. Dado esse enquadramento, todas as outras possibilidades são implicitamente negligenciadas. A orientação da gestão da internacionalização atrelada aos discursos dominantes é necessariamente ‘*top-down*’ (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista), não participativa, em que a administração central, absorvida em princípios abstratos e universais sobre esse processo, define o caminho a ser seguido e trata de fazer com que os demais se comprometam. Assim, a despeito da almejada ‘abrangência’ em termos de alcance estrutural, os discursos não favorecem a autonomia de decisão quanto às formas de interagir internacionalmente ou com quem interagir internacionalmente:

“A internacionalização não se faz só com associações. As secretarias, as diretorias de relações internacionais das universidades, elas precisam de certa forma, investir também, elas precisam direcionar isso, o direcionamento agora não é feito pela gente” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“A gente apoia aquela área, então quer dizer, direcionar a coisa. Isso é institucionalização” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“[...] Só que isso [ser uma universidade de classe mundial] não se faz dentro da perspectiva bottom-up, a gente nunca vai alcançar isso dentro da perspectiva bottom-up. A instituição ela tem que assumir o seu papel. Ela tem que focalizar, ela tem que dizer e planejar estrategicamente, como é que você vai melhorar alguma coisa se não tem planejamento estratégico?” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“Os indicados serão responsáveis [...] por executar as políticas de internacionalização definidas. Salientamos que a SINTER oferecerá treinamento para a execução dessas atividades” (Memorando Circular – Indicação de representantes para apoio à internacionalização da Universidade) (GR, 2016, p. 1).

O imaginário positivista/eurocentrado de ‘ordem e progresso’ de que existe um caminho linear, fixo e controlável a seguir e de que tal caminho induzirá a um patamar superior de desenvolvimento (Ramos, 1967; Dussel, 1993) faz com que a internacionalização na Universidade seja igualmente compreendida como meio para e engajar-se internacionalmente “*de forma efetiva e sistematizada*” (PROPG, 2018, p. 236) e “*arrumar a casa*” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista): um pensamento global linear que concebe diversidade como desordem e faz com que as “chamadas sociedades desenvolvidas ou modernizadas” sirvam como uma “imagem do futuro” (Ramos, 1967, p. 9) que se quer chegar.

“[...] E a gente tá tão próximo, a [nome da Universidade] está muito próxima, ela não é internacional ainda, a gente tem que consolidar essa internacionalização [...]. A gente acabou, agora, de criar o primeiro rascunho do plano institucional de internacionalização [...]” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista);

“O que que é ter 400 [convênios internacionais assinados] e não sermos internacionalizados? E não termos relações realmente sólidas de pesquisas, de redes de pesquisa com essas instituições? Não adianta nada” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista).

Em sintonia com esse entendimento, a inserção internacional da Universidade é desvinculada de sua própria contextualidade histórica e política; é situada como se estivesse “*no início do processo*” (British Council, 2018, p. 20); dando “*o primeiro passo*” (p. 20) para tornar-se uma instituição ‘internacional’. De fato, não constam discursos analisados quaisquer referências significativas às relações internacionais historicamente estabelecidas pela Universidade, tampouco às demais políticas nacionais que influenciaram a estrutura da Universidade ou os ideais de internacionalização contemporaneamente almejados pela gestão. Alternativamente, persistem argumentos favoráveis à reestruturação da forma ‘desordenada’ como a inserção internacional da Universidade foi até então conduzida, ainda que tal forma seja descrita somente de forma abstrata. Discursos como os seguintes sinalizam a negação da historicidade (Ahmed, 2010) e o negligenciamento do sistema de referências (Fanon, 2005) promovido pela ideia dominante de internacionalização:

“A internacionalização das universidades é um tema novo no Brasil, que teve um grande impulso a partir de 2011 com a criação do programa *Ciência sem Fronteiras (CsF)* pelo governo federal” (Plano Institucional de Internacionalização) (Sinter, 2018e, p. 4, grifo nosso);

“Considerando que as tratativas de internacionalização da instituição são recentes, não há implantada uma estrutura física para alojar os docentes e discentes estrangeiros que recebe” (Projeto submetido ao Capes-PrInt) (PROPG, 2018, p. 7);

“Tudo começou aqui no Brasil com o Ciência Sem Fronteiras, que foi o grande abre alas, que apesar das críticas foi o primeiro e o maior programa do governo federal para a internacionalização” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“[...] Agora que a internacionalização chegou [...]” (Secretário de Relações Internacionais, 2018, em entrevista. Grifo nosso);

“Assim, a internacionalização supera os anteriores esforços difusos, muitas vezes de pesquisadores individuais ou de Programas de Pós-graduação isolados, e passa a uma política institucional transversal que a Sinter apoia” (Secretário de Relações Internacionais. Notícia) (Sinter, 2018m, p. 1, grifo nosso).

A despeito do predomínio dessa abordagem, pode-se fazer referência ao forte envolvimento da Universidade nas relações internacionais historicamente estabelecidas tanto pelo Estado brasileiro quanto pelos seus agentes internos. Laus (2012) discorre sobre atuação dessa Universidade no período de forte interação entre a educação superior brasileira e organizações internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a *United States Agency for International Development* (USAid) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Enfatiza, por exemplo, o relativo protagonismo exercido pela Instituição no contexto dos acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação e a USAid entre os anos 1960 e 1970.

Ao ocultar sua própria história, incluindo o seu envolvimento (direto ou indireto) em relações internacionais desigualmente constituídas ao longo da história, além de negligenciar discussões mais amplas sobre desigualdades geopolíticas e de poder, a Universidade nega os efeitos continuados do colonialismo e inscreve sua perspectiva institucional de internacionalização em uma hierarquia radical que articula histórias culturais diversas e heterogêneas em torno de uma

única ordem. A imposição, pelos discursos dominantes, do processo de internacionalização como um imperativo ao qual toda a comunidade universitária devem se submeter; a orientação ‘*top-down*’ proposta para a gestão do processo; a negação à diversidade de propósitos e de meios para internacionalizar; o escopo limitado das atividades associadas à internacionalização; o negligenciamento da diversidade institucional; bem como a desconsideração das relações internacionais em que a Universidade esteve historicamente envolvida sinalizam a imersão do seu processo de ‘internacionalização’ na matriz cultural de poder colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, recorte de uma tese doutoral, resulta de um esforço para contribuir com uma emergente área de estudos críticos em internacionalização da educação superior, que problematiza a natureza predominantemente técnica, apolítica e a-histórica que caracteriza as abordagens convencionais. Para desenvolvê-lo, baseou-se na ideia de Modernidade/(De)Colonialidade (Walsh & Mignolo, 2018), dado o entendimento de que esforços críticos para tratar das relações internacionais na educação superior são enriquecidos quanto explicitamente situados na história colonial. Dada a proposição geral de que a ideia de internacionalização da educação superior enfatizada pelos discursos político e acadêmico dominantes encontra-se imersa na matriz cultural do poder colonial, o objetivo do artigo foi analisar, de uma perspectiva epistemológica, os discursos sobre internacionalização da educação superior no contexto de uma universidade pública brasileira. Os resultados sinalizam que, distintivamente do constatado por Laus (2012) em sua análise referente à internacionalização nessa Universidade ao período de 2008 a 2011, cuja tendência era de que os engajamentos internacionais partissem antes dos integrantes da comunidade universitária (sobretudo professores/pesquisadores) do que da gestão central, no atual estágio a Administração é um agente que não somente intermedia, mas também busca fomentar e direcionar o processo. Também se para Laus a internacionalização da Universidade obedecia a uma lógica mais ‘instrumental’ do que ‘substantiva’ pelo fato de ser definida “*ad hoc* e de modo individualizado e não com base em um planejamento estratégico” (Laus, 2012, p. 247), as análises aqui desenvolvidas sugerem que um processo de internacionalização não se torna substantivo por ser implementado de forma estratégica ou por estar institucionalizado. À medida que se institucionaliza, a internacionalização legitima a racionalidade funcional: baseia-se em “percepções e interesses previamente fixados” (Ramos, 1984, p. 4), de origem eurocentrada, que buscam ajustar os indivíduos às mudanças percebidas como bem desejáveis e necessárias.

A análise dos discursos foi reveladora no que diz respeito àquilo que a gestão da Universidade considera (e, sobretudo, deixa de considerar) como internacionalização. As convergências encontradas nos textos e nas narrativas orais sugerem a existência de uma relação entre a institucionalização do processo de internacionalização e um alinhamento mais direto com as visões e os interesses do núcleo do sistema mundial. Na dimensão analítica aqui explorada, “internacionalização como imperativo e bem incondicional”, identifica-se a predominância de um viés positivo e prescritivo para a abordagem do fenômeno. Em alinhamento com os princípios filosóficos da ciência moderna e do eurocentrismo, a internacionalização é concebida como realidade irreversível e bem incondicional ao qual toda a comunidade universitária deve se curvar. No intuito de “forçar comportamentos que apoiem sua racionalidade específica” (Ramos, 1984, p. 6), os sujeitos são percebidos como instrumentos que necessitam fazer com que uma perspectiva específica de internacionalização (a idealizada pela gestão) se consolide. O foco exclusivo nos benefícios do processo e a advocacia para que o processo ocorra sob quaisquer circunstâncias

deixam pouco espaço para debates reflexivos sobre as contradições e os dilemas a ele atrelados; sobre responsabilidades éticas no engajamento intercultural; ou para discussões sobre o que ‘internacionalização’ é e pode ser naquele contexto. Histórias diversas e heterogêneas são articuladas em torno de uma só ordem: os passos percebidos como certos são os ancorados na retórica da modernidade (e em sua lógica colonial), que, pela perspectiva que favorecem, tendem a reforçar hierarquias locais e globais. Embora diversas iniciativas que poderiam ser consideradas ‘internacionais’ ou ‘interculturais’ ocorram naquele domínio, somente uma pequena porção delas é classificada pelo discurso dominante como internacional. As demais não usufruem da mesma dignidade, situando-se do lado da ‘linha abissal’ que se volatiliza e desaparece.

A Universidade em evidência, pelas características que apresenta e o posicionamento que ocupa, se revela como uma instituição significativamente exposta às tendências hegemônicas da internacionalização. Portanto, os resultados relativos ao seu contexto são potencialmente reveladores em relação a o que tem ocorrido em outras instituições brasileiras que usufruem de níveis aproximados de reputação/prestígio (por exemplo, as que foram mais participativas no CsF, as selecionadas pelo Capes-PrInt, as que tendem a figurar entre as dez primeiras do Brasil nos *rankings* universitários, as que expressam o desejo de tornar-se uma ‘universidade de classe mundial’). A expectativa é de que a pesquisa estimule o desenvolvimento de análises mais reflexivas, sistemáticas e participativas sobre as razões para internacionalizar e as formas de internacionalizar a Universidade. Sobretudo, que tais análises considerem as implicações subjetivas – incluindo a “violência genocida” (Dussel, 1993, p. 75) – da mimetização de modelos de internacionalização acabados, descontextualizados e desajustados da realidade social em que a universidade pública brasileira contemporânea se assenta.

REFERÊNCIAS

- ACE. (2002). *Promising practices: Spotlighting excellence in comprehensive internationalization*. American Council on Education.
- ACE. (2005). *Building a strategic framework for comprehensive internationalization*. American Council on Education.
- ACE. (2006). *A handbook for advancing comprehensive internationalization*. American Council on Education.
- ACE. (2019). *CIGE Model for Comprehensive Internationalization*.
- AGECOM (2017). *Programa que substitui Ciência sem Fronteiras deve promover internacionalização das universidades*.
- AGECOM (2018a). *Colóquio de Internacionalização, aberto à comunidade, nesta terça*.
- AGECOM (2018b). *Internacionalização da [nome da Universidade]: comunidade consciente e comprometida com as estratégias*.
- AGECOM (2018c). *Novo concurso da [nome da Universidade] irá exigir conhecimentos em língua estrangeira e sustentabilidade*.
- AGECOM. (2018d). *[nome da Universidade] atua na conscientização coletiva para uma cultura de internacionalização*.
- AGECOM (2018e). *[nome da Universidade] debate desafios e estratégias para a internacionalização*.
- Ahmed, S. (2010). *New materialisms: Ontology, agency, and politics*. Duke University Press.
- Bedenlier, S., Kondakci, Y., & Zawacki-Richter, O. (2018). Two decades of research into the internationalization of higher education: Major themes in the Journal of Studies in International Education (1997-2016). *Journal of Studies in International Education*, 22(2), 108–135.
- British Council. (2018). Passos certos: como a Universidade Federal de Santa Catarina está encaminhando a internacionalização. *Universidades Para o Mundo: Desafios e Oportunidades Para a Internacionalização*, 20–21.
- Buckner, E., & Stein, S. (2019). What Counts as Internationalization? Deconstructing the Internationalization Imperative. *Journal of Studies in International Education*, February, 1–16.
- CPG. (2018). *Proposta de Plano Institucional de Internacionalização da [nome da Universidade]*.
- De Wit, H., Hunter, F., Howard, L., & Egron-Polak, E. (2015). Internationalisation of higher education. In H. De

- Wit, F. Hunter, L. Howard, & E. Egron-Polak (Eds.), *European Parliament's Committee on Culture and Education* (1st ed., Issue July). European Union. <https://doi.org/10.2861/6854>
- De Wit, H., & Knight, J. (1995). *Strategies for the Internationalisation of Higher Education. A Comparative Study of Australia, Canada, Europe and the United States of America* (H. De Wit & J. Knight (eds.); 1st ed.). EAIE.
- Dussel, E. (1993). Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures). *The Postmodernist Debate in Latin America*, 20(3), 65–76.
- Escobar, A. (2003). Mundos y conocimiento de otro modo. *Tabula Rasa*, 1, 51–86.
- Fairclough, N. (2006). *Language and globalization*. Routledge.
- Fairclough, N. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307.
- Fanon, F. (2005). *Os condenados da terra*. Editora da UFJF.
- GR. (2016). *Memorando Circular n.º 26/2016/GR - Indicação de representantes para apoio à internacionalização da [nome da Universidade]*.
- Helms, R. M. (2015). *CIGE Insights: Internationalizing U.S. Higher Education: Current policies, future directions*. American Council on Education.
- Hudzik, J. K. (2011). Comprehensive internationalization: from concept to action. In J. K. Hudzik (Ed.), *NAFSA e-publications* (1st ed.). NAFSA.
- Hudzik, J. K. (2015). Barriers and barrier reduction for comprehensive internationalization. In J. K. Hudzik (Ed.), *Comprehensive internationalization: Institutional pathways to success* (pp. 76–91). Routledge.
- HUDZIK, J., & MCCARTHY, J. (n.d.). *Comprehensive Internationalization: Recording Webinar Focus and Purpose*. NAFSA.
- Hunter, F., & Sparnon, N. (2018). Warp and weft. Weaving internationalization into institutional life. In D. Proctor & L. E. Rumbley (Eds.), *The future agenda for internationalization in higher education: Next generation perspectives into research, policy, and practice* (1st ed., pp. 155–167). Routledge.
- Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(5), 5–31.
- Knight, J., & De Wit, H. (2018). Internationalization of higher education: Where have we come from and where are we going? In D. Proctor & L. Rumbley (Eds.), *The future agenda for internationalization in higher education: Next generation perspectives into research, policy, and practice* (1st ed.). Routledge.
- Laus, S. P. (2012). *A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da UFSC*.
- Lima, M. C., & Contel, F. B. (2011). *Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e geopolítica do conhecimento* (1st ed.). Alameda.
- Mignolo, W. (2018). The conceptual triad: Modernity/Coloniality/Decoloniality. In C. Walsh & W. Mignolo (Eds.), *On Decoloniality* (1st ed., pp. 135–152). Duke University Press.
- NAFSA. (2019). *Senator Paul Simon Award for Campus Internationalization*.
- Paes de Paula, A. P. (2015). *Repensando os estudos organizacionais* (1st ed.). Editora FGV.
- Prolo, I., Vieira, R. C., Lima, M. C., & Leal, F. G. (2019). Internacionalização das universidades brasileiras: Contribuições do Programa Ciência sem Fronteiras. *Administração e Pesquisa (RAEP)*, 20(2), 1–27.
- PROPG. (2018). *Universidade Federal de Santa Catarina - Projeto Capes-PrInt*.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *A Colonialidade Do Saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas*, 227–278.
- Ramos, A. G. (1967). A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*, 2(Clássicos da Revista de Administração Pública), 7–42.
- Ramos, A. G. (1984). Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*, 18(2), 3–12.
- SEPLAN. (2015). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019*.
- SEPLAN. (2020). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024*.
- SINTER. (2015). *[nome da Universidade] recebe representantes de universidades dos Estados Unidos*.
- SINTER. (2018a). *Inscrições para o programa de internacionalização Escala Docente 2019 vão até 29 de outubro*.
- SINTER. (2018b). *Plano Institucional de Internacionalização*.
- SINTER. (2018c). *Secretaria de Relações Internacionais: Relatório de atividades 2018*.
- SINTER. (2019). *[nome da Universidade] sedia evento da Associação Brasileira de Educação Internacional*.
- Sousa Santos, B. de. (2010). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. de Sousa Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (1st ed.). Cortez Editora.
- TV. (2018). *Ujá: Colóquio de Internacionalização*.
- Wallerstein, I. (2006). *Impensar a ciência social*. Ideias & Letras.
- Walsh, C., & Mignolo, W. (2018). *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Duke University Press.